

| RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA | |
|--|--|
| INFORMAÇÕES GERAIS | |
| <p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consolidação do povo Indígena Javaé – conjaba.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Javaé (conjaba) – Aldeias: São João, Tahanare, Marani Hawa, Boto Velho, Txuiri, Imotxi, Canoanã e Xiwenua.</p> <p>Local: Chácara Triunfo, município de Formoso do Araguaia - TO</p> <p>Data: 25 de setembro de 2025.</p> <p>Duração: 1 dia.</p> | |
| EQUIPE ENVOLVIDA | |
| <p>Moderador (a): João Martins</p> <p>Relator (a): Ana Paula Mendes</p> <p>Facilitador (a) Gráfico: Não se aplica</p> <p>Tradutor: Não se aplica</p> <p>Técnico (a) em Comunicação: Equipe Public</p> <p>Recreador (a): Sávio Danrley</p> <p>Articulador (a) Comunitário(a): Vantuíres Javaé</p> <p>Representante do Poder Público: Marli Santos, Isabel Acker, Fabio Henrique, Srêwê Xerente (SEMARH) e Ricardo Javaé (SEPOT)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Ana Paula Mendes, Roseneide Caldeira, Ivan Guarani e Kohalue Karajá (Consultores TOCAR).</p> | |
| DIA 01: QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2025 | |
| PARTICIPANTES | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Vanderson Suará Javaé (aldeia São João) 2. Josimar Ratunaka Javaé (aldeia Imotxi) 3. Janete Arehija Javaé (aldeia São João) 4. Marinalva B. Javaé (aldeia Imotxi) 5. Mônica Manija 6. Narrimá M. Javaé (aldeia São João) 7. Darci M. Javaé 8. Vantuíres Javaé (Formoso do Araguaia) 9. Lourione M. Martins Javaé (aldeia Txuiri) 10. Hélio Javaé (aldeia Marani Hawa) 11. Eduardo H. Javaé (aldeia Tahanare) 12. Xirohana Weire Javaé (aldeia Marani Hawa) 13. Gabriel Wabuka Javaé (aldeia Xiwenoa) 14. Kunari M. Javaé (aldeia Canoanã) 15. Arnaldo Javaé (aldeia Boto Velho) 16. Jaqueline Moxará Javaé (aldeia Boto Velho) 17. Rogério Horarika Javaé (aldeia Boto Velho) | |

18. Tunaki T. Javaé (aldeia Marani Hawa)
19. Ximaruaki H. Javaé (aldeia Marani Hawa)
20. Cleyton O. M. Javaé (aldeia Txuiri)
21. Kumahira Javaé (aldeia Txuiri)
22. Roque W. Javaé
23. Marinaldo Comantira Javaé (aldeia Txuiri)
24. Wanderlene Bixoá Javaé (aldeia Canoanã)
25. Josivaldo K. Javaé (aldeia São João)
26. Kauã Kobihete Javaé (aldeia Marani Hawa)
27. Jackson Weretuma Javaé (aldeia Boto Velho)
28. ILEGÍVEL
29. Karinaua Suia Karajá (aldeia Canoanã)
30. Railson Tatiware Javaé (aldeia Canoanã)
31. Alexandre W. Javaé (aldeia Canoanã)
32. José Tehybi Javaé (aldeia Canoanã)
33. Ademir Kurisina Javaé (aldeia São João)
34. Maurilho Rulari Javaé (aldeia Canoanã)
35. ILEGÍVEL
36. Josué Javaé (aldeia Txuiri)
37. Beheriru J. Javaé (aldeia Canoanã)
38. Iasmin K. Javaé (aldeia Txuiri)
39. Werewdu Javaé (aldeia Txuiri)
40. Ivan Guarany (Palmas)
41. Wesley Javaé (aldeia Boto Velho)
42. Samanta M. Javaé (aldeia Canoanã)
43. Amoaki Javaé (aldeia Canoanã)
44. Kaike Hara Wadi Miranda J. (aldeia Canoanã)
45. Matias Mawka Javaé (aldeia Txuiri)
46. Maria Elena Noria (aldeia Txuiri)
47. Alex Ricardo Idjaruma Javaé (aldeia São João)
48. ILEGÍVEL
49. Ana Fátima Mahiru Karajá (Barra do Rio)
50. Douglas
51. Valter Ibeheiri Javaé (aldeia Bela Vista)
52. Marilza Mandiru Javaé (aldeia Canoanã)
53. Kelly Cristina Barros Karajá (Barra do Rio)
54. Kelly Javaé (aldeia Imotxi II)
55. Fernanda F. da Costa (Formoso do Araguaia)
56. Ana Lucia Kuahire Javaé (aldeia Imotxi II)

Abertura

As atividades tiveram início às 10h50.

Isabel (ponto focal do estado): inicia a reunião desejando boas-vindas e relembrando as oficinas que foram realizadas nas aldeias Boto Velho, Txuiri, Canoanã e São João. Explica a dinâmica da consolidação das ações feitas nas comunidades, ressaltando que este é o momento de reunir todas em um único documento.

Estiveram presentes os caciques: Wagner (Boto Velho), Darci (São João), Clayton (Txuiri), Josimar (Imotxi I), Hélio (Marani Hawa), Eduardo (Tahanare), Tehxbi (Canoanã), Railson (representando cacica Edna da aldeia Xiwenua). E os

presidentes das associações das aldeias: Karari (associação Canoanã), Vantuíres (conjaba), Arnaldo (Boto Velho), Suará (São João) e Kumahira (Txuiri).

Cacique Darci (São João) faz fala em inĩrybé.

Suará (tradutor): realiza a tradução das informações.

Os homens fazem uma apresentação cultural.

Isabel (ponto focal do estado): convida os caciques para realizarem as falas de boas-vindas.

Vantuíres (conjaba): faz um breve resumo sobre as ações realizadas nos últimos dias e dá as boas-vindas aos participantes.

Os caciques fazem falas em inĩrybé.

Cacique Cleiton (aldeia Txuiri): faz um breve resumo sobre o JREDD+, afirmando que o povo Javaé está dividido em dois grupos (ICAPIB e CONJABA) e que compreende a importância de consolidar as ações como um único povo.

Ivan, representando a SEPOT, menciona o processo de contratação para acompanhamento do JREDD+ e fala sobre a Convenção 169 da OIT, que garante o direito à consulta dos povos indígenas.

Kanari (aldeia Canoanã): ressalta a importância das oficinas terem sido realizadas nas aldeias, permitindo que a comunidade participasse e compreendesse melhor o programa.

João (moderador Plantuc): destaca que foram dias intensos de trabalho e dedicação de todos, e que este momento é de celebração pelos resultados alcançados nas aldeias. Ressalta o aprendizado mútuo entre as equipes técnicas e as comunidades, bem como a importante participação das associações executoras. Agradece a hospitalidade das comunidades com as equipes e propõe uma dinâmica utilizando fichas de “sim” e “não”, fazendo perguntas sobre o programa para promover a construção coletiva do entendimento.

Durante a dinâmica, João faz perguntas pertinentes sobre o programa e os participantes contribuem com respostas e reflexões.

Em seguida, João e Isabel iniciam discussões sobre governança, buscando alinhar as informações.

Cleiton (aldeia Txuiri): questiona sobre os encaminhamentos das ações levantadas.

Isabel (ponto focal do estado): explica que a repartição de benefícios é uma matéria que será tratada pela CEVAT.

Ivan (SEPOT): complementa, falando sobre o papel da SEPOT e da ARPIT dentro da estrutura de governança.

João (moderador Plantuc): retoma o tema da ouvidoria.

Vantuíres (conjaba): explica que os canais da ouvidoria estão disponíveis nos grupos de WhatsApp das aldeias e também no Instagram, fazendo uma breve fala para alinhar o entendimento sobre o assunto.

João (moderador Plantuc): utiliza uma analogia para exemplificar o papel da ouvidoria.

Isabel (ponto focal do estado): reforça a importância das salvaguardas, destacando que as estruturas de governança ainda não existem na prática e que é necessário implementar o programa para que elas passem a funcionar efetivamente, o que exige a participação de todos.

Alexandre (aldeia Canoanã): questiona, afirmando que a FUNAI deveria ter um papel prioritário nessa estrutura, por ser um órgão federal.

Isabel (ponto focal do estado): explica que não há prioridade, mas sim parceria entre os órgãos, que se complementam nas ações.

Marquinhos (ARPIT): afirma que as propostas que surgirem dessa reunião serão levadas para a audiência pública. Parabeniza o Estado por levar o processo de CLPI para dentro dos Territórios Indígenas, garantindo a participação de mais pessoas.

Marli (ponto focal do estado): justifica sua ausência nas oficinas anteriores devido a demandas internas da secretaria, que impossibilitaram sua saída. Conta que é servidora pública aposentada e retornou ao trabalho para atuar com o JREDD+. Ressalta que o programa só fará diferença se os recursos forem fiscalizados e acompanhados pelos próprios interessados, e que o recurso será repartido entre as associações para atender de forma coletiva. Enfatiza a importância do monitoramento e do acompanhamento do programa, fazendo analogias para exemplificar os cuidados que o povo Javaé deve ter com a política pública, para que o programa seja implementado integralmente e com qualidade. Coloca-se à disposição para contribuir.

Isabel (ponto focal do estado): reforça que o objetivo de todo o trabalho só será alcançado se os recursos do Fundo Clima realmente chegarem aos territórios em forma de benefícios.

João (moderador Plantuc): reafirma a disponibilidade da equipe para sanar dúvidas e atender demandas relacionadas ao programa. Retoma a dinâmica das fichas, reforçando a proposta de repartição de benefícios.

Kanari (aldeia Canoanã): questiona quais serão os critérios para a destinação dos recursos.

João (moderador Plantuc): explica que os recursos serão distribuídos em todo o Estado, respeitando os modos de organização das comunidades e os subprogramas definidos. Fala sobre a consolidação das ações e esclarece que, além das ações executadas diretamente, as comunidades também fortalecem o componente de fortalecimento institucional.

Isabel (ponto focal do estado): complementa dizendo que o JREDD+ possui um mesmo objetivo para todos os subprogramas, com ações planejadas individualmente que contribuem para o programa como um todo.

Vagner (aldeia Boto Velho): comenta que o Estado já possui recursos próprios e questiona por que deseja reter mais da metade dos valores.

Isabel (ponto focal do estado): responde que o Estado tem muitas responsabilidades, o que demanda mais ações e recursos. Explica que a proposta atual é válida apenas para o primeiro ciclo, considerando os custos de implementação. Destaca que futuramente o entendimento poderá mudar e os percentuais poderão ser revistos, conforme experiências de outros estados, onde os ajustes foram feitos após as primeiras fases. Ressalta que o recurso vai chegar, pois o resultado já existe, e que a boa implementação é fundamental para a continuidade.

Fabio (ponto focal do estado): observa que os recursos destinados ao programa não são suficientes, já que o Estado também precisa atender outras prioridades, como saúde e educação, e por isso busca novas fontes de financiamento para complementar o orçamento em ações ambientais.

João (moderador Plantuc): propõe que as ações sejam consolidadas na ajuda-memória, permitindo que os participantes tenham tempo de se reunir internamente.

Vantuíres solicita que, após o almoço, seja aberto um espaço para os participantes conversarem sozinhos, sem a presença da equipe do estado.

Isabel (ponto focal do estado): concorda e sugere que, enquanto a comunidade se reúne, a equipe consolide as ações discutidas na ajuda-memória.

Vantuíres (conjaba): confirma a decisão e pede a saída da equipe do Estado, solicitando apenas a presença do moderador João, da Plantuc na plenária.

Intervalo para almoço: 12h50 – 14h51.

Após retorno do almoço a equipe do estado consolidou as ações levantadas nas oficinas das aldeias, enquanto a plenária discutia. Após as discussões a equipe do estado retornou para a plenária para ouvir as propostas das lideranças indígenas conjaba.

Vantuíres (conjaba): diz que discutiram e apresentam a proposta da Conjaba para a repartição de benefícios. Diz que não querem participar dos PIQPCTAF, pois seus modos de vida são diferentes e desejam ser tratados como grupo específico e individual, sugerindo que os povos indígenas fossem inseridos em uma classificação única para estes. No que tange à repartição de benefícios do JREDD+ a proposta de repartição é: 40% para o Estado; 25% para os povos indígenas; 20% para pequenos e médios produtores; e 15% para quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Informa que farão uma reunião com as lideranças indígenas e a ARPIT.

Isabel (ponto focal do estado): diz que está na programação uma reunião com todos os representantes antes da audiência pública, mas que eles podem se organizar com a ARPIT para discutir os assuntos.

Ricardo (sepot): contribui em inĩrybé.

Cleyton (aldeia Txuiri): argumenta o motivo da proposta de repartição de benefícios dizendo que o TI da Ilha do Bananal está em foco por falta de incentivo do governo em MIF, contratações atrasadas e ausência de vigilância, sendo o território mais visado pela falta de investimentos do Estado como um todo. Afirma que é preciso justiça nas ações e propostas de potencialização, como vigilância territorial e brigadas. Ressalta que os dados de degradação em todos os territórios servem de embasamento para justificar o pedido de mudança, pois a premissa do JREDD+ é potencializar ações onde o governo não está atuante.

Cita que a Funai aprovou um plano de fiscalização para o TI, mas que eles mesmos fazem o controle, ainda que de forma limitada. Diz que todos os territórios indígenas estão na mesma situação e que não se pode focar apenas em ações que são obrigações do Estado, devendo-se utilizar os recursos para potencializar ações estratégicas de mitigação. Acrescenta que todas as associações precisarão ser capacitadas para estarem aptas a concorrer aos projetos. Afirma que o Estado tem um déficit histórico com os povos indígenas e que não é momento de “chutar o balde” com os outros atores, mas de apresentar argumentos sólidos.

Vantuíres (conjaba): diz que 40% já é sendo generoso com o Estado.

Cleyton (aldeia Txuiri): reafirma que precisam lutar por pelo menos 20%, sendo considerados um único grupo.

Vantuíres (conjaba): complementa dizendo que a Ilha do Bananal é o maior território indígena e tem grande peso entre os demais, admitindo a possibilidade de terem propostas mais ousadas que a Javaé. Reforça que são povos diferentes e que o Estado não pode agrupá-los com outros atores.

Marli (ponto focal do estado): diz que a proposta é interessante e parabeniza o grupo. No entanto, apresenta um ponto de vista técnico: relata que os produtores rurais também estão insatisfeitos com o percentual destinado a eles. Explica que a redução das emissões de gases de efeito estufa depende do tipo de vegetação, já que cada hectare de floresta em pé armazena entre 180 e 200 toneladas de gás carbônico. O modelo jurisdicional considera o Estado como um todo, não partes específicas. Diz que o desmatamento de um hectare libera entre 180 e 200 toneladas de gases (respectivamente) na atmosfera, contribuindo para as mudanças climáticas. Afirma que o JREDD+ remunera quem reduz o desmatamento e a degradação e não os estoques de floresta, sendo um instrumento econômico. Explica que o Estado foi dividido em categorias fundiárias.

Cleyton (aldeia Txuiri): afirma que as terras indígenas estão entre as mais degradadas, citando a Mata do Mamão, onde houve redução drástica devido às invasões. Ressalta que, se a degradação continuar, as terras indígenas podem deixar de existir em dez anos. Diz que o Estado interferiu na cultura local ao incentivar a produção mecanizada e que, sem recursos, as comunidades não conseguem evitar a devastação. Argumenta que o pedido de 20% visa potencializar ações que o Estado tem negligenciado.

Marli (ponto focal do estado): esclarece que o recurso não é destinado a quem desmata, mas que o JREDD+ remunera a redução do desmatamento e da degradação (fogo).

Cleyton (aldeia Txuri): comenta que, na Ilha, há áreas desmatadas, lagos e rios assoreados por depredação e fogo, citando as nascentes.

Marli (ponto focal do estado): responde que a remuneração se baseia no fluxo de desmatamento e degradação comparando um período de referência de cinco anos com o período de creditação. Faz uma demonstração com aplicação de um exemplo: se houver redução de 100 para 80 toneladas, geram-se 20 toneladas de redução, ou seja, o estoque pelo fluxo. Explica que o Estado decidiu remunerar estoque e fluxo, divididos por categorias fundiárias, o que resultaria em torno de 24% para PIQPCTAF e 25% para o agro.

Cleyton (aldeia Txuri): afirma que as reservas representam 75% do Estado (mas diz que pode estar equivocado). Questiona quais reduções os produtores rurais realizaram para ter direito a 25%. Alega que o governo anterior priorizava o agro, enquanto os indígenas já fazem esforços para reduzir impactos, mas sem serem beneficiados.

Marli (ponto focal do estado): usa um mapa para exemplificar que o Estado possui 11 milhões de hectares de florestas, distribuídos entre reservas legais de produtores rurais, terras indígenas, 500 assentamentos da reforma agrária e 58 territórios quilombolas. Explica que as florestas estão espalhadas e que as reservas legais privadas são mais numerosas.

Vantuíres (conjaba): pergunta se existem dados consolidados.

Fabio (ponto focal do estado): responde que 10% do território do Estado é composto por florestas, e que as terras privadas detêm a maior parte.

Cleyton (aldeia Txuri): pergunta quantos processos de demarcação existem.

Vantuíres (conjaba): explica que existem vários tipos de REDD+ e que os povos indígenas se enquadram tanto no estoque quanto na redução, de acordo com a metodologia estoque e fluxo. Avisa que, se o Estado não aceitar a proposta de repartição de benefícios e de classificar os indígenas individualmente, poderão retirar as terras indígenas do programa e negociar diretamente com o setor privado.

Marli (ponto focal do estado): diz que cada proponente de programa de REDD+ pode adotar a metodologia que considerar pertinente e que o padrão utilizado pelo Estado (estoque e fluxo) é o mesmo do padrão ART-TRESS. Acrescenta que as salvaguardas preveem que os benefícios devem chegar até os povos que vivem na floresta.

Cleyton (aldeia Txuri): afirma que o Estado está dando “migalhas” aos indígenas.

Marli (ponto focal do estado): reafirma que a proposta é interessante, mas considera que o agro possui 48% das florestas em territórios privados e poder político, e recomenda cautela, dizendo que não pode defender a proposta do ponto de vista técnico.

Darci (aldeia São João): faz fala em inĩrybé.

Cleyton (aldeia Txuri): diz que entende a questão das terras privadas e cita a COP30, mencionando que estão se organizando para participar. Argumenta que a repartição dos benefícios privilegia quem mais degrada o meio ambiente. Afirma que não é interessante participar de uma repartição que lhes daria apenas 5% dos recursos, e que o Estado está sendo beneficiado com ações que deveriam ser suas obrigações como educação e fiscalização ambiental.

Vantuíres (conjaba): reforça que as propostas estão sendo apresentadas, mas que, se o Estado não aceitar as condições dos povos indígenas (conjaba), eles se retirarão, pois só haverá JREDD+ com o consentimento indígena.

Marli (ponto focal do estado): afirma que pela lei federal não é bem assim.

Cleyton (aldeia Txuri): responde que a lei impede o Estado de atuar nas terras indígenas sem consentimento.

Marli (ponto focal do estado): diz que o programa vai seguir.

Darci (aldeia São João): exaltado, aumenta o tom de voz (contra Marli) e afirma que o Estado não está respeitando os indígenas e deixa a plenária.

Cleyton (aldeia Txuri): conclui dizendo que vão analisar e dar uma resposta no dia seguinte. Afirma compreender o posicionamento, mas reforça que a proposta do Estado não é viável, pois ao final os indígenas ficariam com apenas 5%, o que é insuficiente.

Após o encerramento, Marli, Fabio, Cleyton e Vantuíres continuam conversando em particular.

João realiza a leitura da ajuda memória e convida os participantes para assinarem o documento.

Após assinatura da ajuda memória a reunião de consolidação do povo Javaé conjaba encerrou por volta das 18h30.

DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS CONSOLIDADAS - JAVAÉ (ALDEIAS CONJABA)

1. GERAÇÃO DE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR

- Roça mecanizada: insumos para roça, equipamentos, irrigação, trator, foice, cavadeira, cerca;
- Horta comunitária (insumos e transporte), pomares e SAF;
- Criação de animais: piscicultura, avicultura, suinocultura, bovinocultura sustentável (cria, cria e engorda), apicultura;
- Casa de farinha;
- Plantio de banana, laranja, batata doce, mandioca, arroz,
- Roça para mulheres;
- Marcenaria com aproveitamento de madeira morta;
- Extrativismo e beneficiamento de produtos derivados: óleo de tucum, banha de tartaruga, óleo de buriti;

- Ecoturismo e turismo de base comunitária;
- Curso de artesanato, miçanga, pinturas corporais; cursos de: estética, cabelo e unha, sobrancelha;
- Aquisição de veículos para transporte e trabalho;
- Cursos de informática, operador de máquina, mecânica, pedreiro, eletricista, fotógrafo, comunicação, barbearia moderna
- Criação de site para venda de artesanatos/
- Curso de agroecologia

2. FORTALECIMENTO CULTURAL

- Museu para história iny;
- Remuneração para os anciãos ensinarem a cultura e os artesanatos/ remuneração dos pajés;
- Construção de centro de eventos/ casa de cultura;
- Fortalecimento da medicina tradicional e raizeiras
- Valorização dos cânticos e cânticos fúnebres e caça e pesca tradicional
- Resgate do inyrybé;
- Festas tradicionais (hetohoky, aruanã)
- Oficinas para crianças (pinturas, artesanatos, cânticos, histórias);
- Valorização da culinária típica;
- Revitalização da casa de aruanã (materiais de construção, óleo e careta).

3. FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES

- Centro comunitário/galpão para eventos;
- Aquisição para transporte: ônibus, balsa, carro, moto, barco;
- Casa de apoio na aldeia;
- Internet/starlink;
- Contratação de tratorista;
- Criação de associação de mulheres;
- Intercâmbio com outras aldeias e outros povos para mulheres;
- Criação de associação de jovens empreendedores indígenas;
- Capacitação para elaboração de projetos;
- Assessoria contábil e para projetos;

4. MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS

- Guardiões da floresta (vigilância territorial) capacitados;
- Aquisição: drones, helicóptero, embarcações com motor e manutenções; veículos com combustível;
- Criação de brigada indígena permanente;
- Guaritas.

5. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

- Manejo integrado do fogo;
- Viveiro de mudas;
- Reflorestamento;
- Recuperação de nascentes e áreas degradadas e lagos;
- Transporte para recuperação de piroca pela seca do riozinho e jaburu;

6. ESPORTE E LAZER

- Construção de quadra poliesportiva com gramado;
- Iluminação dos campos de futebol;
- Construção de parquinhos;
- Academia comunitária;
- Aquisição de materiais esportivos (chuteira, bola).

7. RESPONSABILIDADE DO ESTADO

- Coleta de lixo; garis nas aldeias;
- Saneamento básico e poços artesianos; banheiros;
- Fossas; análises de água;
- Ampliação das escolas, construção de laboratórios, alojamento para professores, creche;
- Materiais Didáticos adaptados à língua;
- Acesso à energia;
- Construção de moradias;
- Criação do comitê de bacia hidrográfica do rio Javaé;
- Abertura e melhoria de acesso (estradas);
- Casa de idosos com cuidados e alimentação;
- Transportes coletivos;
- Fortalecimento da extensão rural indígena;
- Incentivo ao esporte: quadra poliesportiva, piscina para treino, campo de futebol gramado; competições esportivas indígenas;
- Rede de apoio à saúde mental, construção de posto de saúde, ações de prevenção ao uso de álcool e drogas para jovens;
- Rede de apoio para a formação superior (moradia, transporte e bolsas);
- Aquisição de carteirinha de pesca;
- Combate ao feminicídio.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2025



Credenciamento



Caciques conjaba



Apresentação de dança cultural



Dinâmica de nivelamento de conhecimentos



Participação Arpit



Assinatura ajuda memória